



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

DANIELE DE ALMEIDA LIMA

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA EM ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO ESCOLARES:
PRÁTICAS EDUCATIVAS NA CASA DO NEGO FUGIDO
EM ACUPE (SANTO AMARO, BA)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

DANIELE DE ALMEIDA LIMA

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA EM ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO ESCOLARES:
PRÁTICAS EDUCATIVAS NA CASA DO NEGO FUGIDO
EM ACUPE (SANTO AMARO, BA)**

Projeto de pesquisa apresentado para obtenção do título de Bacharela no Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras – Campus dos Malês, da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Míghian Danae Ferreira Nunes.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

DANIELE DE ALMEIDA LIMA

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA EM ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO ESCOLARES:
PRÁTICAS EDUCATIVAS NA CASA DO NEGRO FUGIDO
EM ACUPE (SANTO AMARO, BA)**

Projeto de pesquisa apresentado para obtenção do título de Bacharela no curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Aprovado em: 04/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Míghian Danae Ferreira Nunes (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Zelinda dos Santos Barros

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Rubens dos Santos Celestino

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DE PESQUISA	6
3	OBJETIVOS	7
3.1	GERAL	7
3.2	ESPECÍFICOS	7
4	JUSTIFICATIVA	7
5	REFERENCIAL TEÓRICO	9
6	METODOLOGIA	19
7	CRONOGRAMA	22
	REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como tema discutir a educação quilombola e a sua aplicação em espaços educativos não escolares, ou seja, fora do ambiente escolar. Nesta pesquisa, investigaremos como se dá a educação dentro de uma Casa em Acupe, Santo Amaro (BA), a Casa do Nego Fugido¹.

A localidade de Acupe, que se localiza no Recôncavo da Bahia, é um distrito da cidade de Santo Amaro; o termo "Acupe", de origem tupi, significa “terra quente”, remetendo assim a um território indígena que torna-se negro, com forte ancestralidade indígena e africana. Essa localidade é conhecida pelas suas expressões culturais, tais como Nego Fugido, Bombachos, Caretas, Capoeira e o tradicional samba de roda. O reconhecimento do distrito enquanto uma comunidade remanescente de quilombo se deu em 2020, com o Quilombo Alto do Cruzeiro tendo sido certificado pela Fundação Cultural Palmares, representando a presença histórica da diáspora africana na região.

Nosso objetivo maior com esta pesquisa é investigar se a educação promovida pela Casa do Nego Fugido contribui para o fortalecimento da identidade étnico-racial de crianças e adolescentes que participam de suas atividades². Para isso, analisaremos as práticas educativas desenvolvidas pela Casa, investigaremos o impacto dessas ações na comunidade e observaremos o conhecimento dos participantes sobre educação quilombola, entre outros aspectos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

A justificativa para execução desta pesquisa dá-se pela percepção da importância da educação quilombola para a valorização cultural da comunidade e pela necessidade de reconhecer e valorizar o espaço que será pesquisado. A opção por esse tema surgiu durante o percurso acadêmico e no desejo de contribuir, enquanto futura pedagoga, para uma educação crítica, inclusiva e transformadora. Durante o meu percurso no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BIH) na UNILAB, aprofundi os meus estudos sobre educação quilombola e compreendi a relevância da valorização dos saberes tradicionais e das manifestações culturais no processo educativo.

O problema de pesquisa que apresenta-se é: **de que modo as práticas educativas realizadas na Casa do Nego Fugido (Acupe, Santo Amaro, BA) contribuem para a**

¹ Embora no Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC) conste como Associação Cultural Nego Fugido, a entidade foi fundada em 2003. No entanto, enquanto integrante da comunidade quilombola de Acupe, reconheço, assim como meu povo quilombola, essa associação como Casa do Nego Fugido.

² O marco temporal adotado por este projeto se orienta pelo texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que informa que crianças são pessoas de até 12 anos e adolescentes, 13 anos.

formação da identidade étnico-racial das crianças e adolescentes por ela atendidas? A Casa do Nego Fugido surge em Acupe por conta da aparição do Nego Fugido (Pinto, 2021). Essa aparição popular, iniciada no século XIX, por africanos Jeje-Nagôs, encena a caça e a libertação dos escravizados e é realizada todos os domingos do mês de julho, transformando as ruas da comunidade em um grande teatro, com danças, músicas e dramatizações. A manifestação, organizada pelos(as) próprios(as) moradores(as), é mais do que uma resistência cultural, ela representa também um espaço importante de construção coletiva, a qual fortalece a construção das diretrizes da educação quilombola, apresentando assim os saberes e a identidade da comunidade acupense (Pinto, 2021).

O referencial teórico que orienta esta pesquisa está baseado em revisão bibliográfica de autores/as que discutem a educação quilombola, os saberes tradicionais e a educação não escolar. A análise pretende articular as diferentes concepções teóricas em torno da educação não formal, da cultura afro-brasileira, do Nego Fugido e da resistência histórica dos quilombos, em particular o de Acupe. A metodologia prevista é qualitativa com diário de campo.

Posto isso, este projeto de pesquisa, servirá para obtenção do conhecimento da cultura local, pois é de extrema importância na construção de identidades do indivíduo, pois, através de discussões, apresentações e trocas de experiências o mesmo tem um processo histórico voltado para os nossos antepassados, marcado no tempo da escravidão. Nesse sentido, é fundamental a aproximação com essa diversidade cultural por meio da atuação da Casa do Nego Fugido, um espaço educativo não escolar que resguarda e difunde saberes ancestrais. Essa abordagem contribui para evidenciar a importância da educação quilombola para o reconhecimento da cultura afro-brasileira, que contribui para combater o racismo e a intolerância religiosa que ainda se faz presente em nossa sociedade.

Nas próximas seções, apresentarei de modo detalhado o que aqui já foi dito.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

De que modo as práticas educativas na Casa do Nego Fugido (Acupe, Santo Amaro, BA) contribuem para a formação da identidade étnico-racial das crianças e adolescentes por ela atendidas?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

- Compreender de que forma as práticas educativas na Casa do Nego Fugido (Acupe, Santo Amaro, BA) contribui para a formação da identidade étnico-racial das crianças e adolescentes por ela atendidas.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender como os/as participantes se percebem como sujeitos de uma educação quilombola;
- Listar as atividades da Casa do Nego Fugido em que as crianças e os adolescentes participam;
- Investigar o que as crianças e adolescentes atendidos pela Casa do Nego Fugido sabem sobre educação quilombola e sua relevância para a formação identitária;
- Analisar as práticas educativas desenvolvidas pela Casa do Nego Fugido e seu impacto na valorização da cultura quilombola entre os(as) participantes.

4 JUSTIFICATIVA

A busca por conhecimento é um passo fundamental na trajetória de qualquer estudante; para mim, o propósito na universidade é aprimorar competências fundamentais e aprofundar-me no campo de estudos que me desperta interesse. Atualmente, curso o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BIH), mas minha intenção é fazer o curso de Pedagogia como terminalidade. Isso porque, para mim, o propósito de ser professora ultrapassa a mera disseminação de conhecimento. Ao optar por essa carreira, meu objetivo é auxiliar na construção de cidadãos/ãs críticos/as e conscientes, aptos/as a refletir e agir em um mundo que está sempre em constante mudança. A educação serve como um importante viés de mudança, contudo, a “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”, famosa frase do educador Paulo Freire (1997) que atribui a importância da educação para o processo de transformação pessoal que pode levar a mudanças sociais.

Ao ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em 2021, eu sequer considerava a possibilidade de pesquisar sobre a

educação quilombola e a relação desta com um espaço educativo não escolar; no entanto, ao aprofundar mais o meu estudo relacionado ao tema pude perceber a importância e relevância desse assunto para a valorização da cultura afro-brasileira e a afirmação da identidade étnico-racial. Primeiramente, procurei fontes bibliográficas que tratam da história dos quilombos e suas abordagens educativas, dentre elas a pesquisa de Kabengele Munanga (1996-2005) intitulada “Origem e histórico do Quilombo na África” e “Superando o Racismo na escola”; Abdias Nascimento (1980) intitulada “O Quilombismo”; Domingos da Hora Fiaz (2012) intitulada “Acupe Minha Terra”, e em seguida fui atrás de pesquisas sobre a educação não escolar, dentre elas a pesquisa de Isabela Carolina Santos de Sá dos Reis (2023) intitulada “A contribuição das manifestações culturais em Acupe (Santo Amaro, BA) para a educação não escolar”; Monilson dos Santos Pinto (2021) intitulada “A bananeira que sangra: desobediência epistêmica, pedagogias e poéticas insurgentes nas aparições do Nego Fugido”; Eliana Perez Gonçalves de Moura e Dinora Tereza Zucchetti (2010) intitulada “Educação além da escola: acolhida a outros saberes”; Dinora Tereza Zucchetti, Eliana Perez Gonçalves de Moura e Miriam Pires Corrêa de Lacerda (2019) intitulada “Educação não escolar. Estratégias pedagógicas alternativas; Maria da Glória Gohn (2006 e 2011) pesquisas intituladas “Educação não formal e cultura política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor” e a outra “Educação não-formal e o educador social: atuação e desenvolvimento de projetos sociais” e também a de José Leonardo Rolim de Lima Severo (2015) intitulada “Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas”.

Todas essas referências acima descritas convergem para ressaltar o papel fundamental da educação na valorização cultural e na resistência histórica das comunidades quilombolas. Elas destacam o papel da educação, seja formal ou não escolar, como um caminho para reafirmar identidades étnico raciais, fortalecer a resistência histórica e construir práticas pedagógicas descolonizadoras. Além disso, todas as obras ressaltam a relevância das manifestações culturais e dos saberes tradicionais como pilares para a construção de um olhar crítico, inclusivo e transformador diante das dinâmicas sociais e educacionais brasileiras, especialmente ao defender estratégias educativas que se baseiam na experiências de vida, na narrativa de resistência e nas práticas coletivas.

A abordagem apresentada nos materiais escolhidos, além de cumprir com as diretrizes como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB, 1996), respeita a diversidade cultural, sendo esta uma condição para a inclusão e transformação social. Dessa forma, a educação quilombola é uma ação coletiva, que envolve toda a comunidade, permitindo que o saber popular e as tradições locais sejam reconhecidos e transmitidos. Nesse sentido,

creio ser de grande relevância compreender como as crianças e os adolescentes da comunidade acupense³ compreendem os saberes tradicionais, as práticas culturais e os valores ancestrais presentes nas práticas educativas da Casa do Nego Fugido.

Essa discussão será pertinente para o debate sobre os caminhos que possibilitam a promoção da prática e da realização de uma proposta de educação quilombola em espaços educativos não escolares. A valorização da diversidade cultural e o reconhecimento das expressões identitárias afro-brasileiras tornam-se imprescindíveis para compreender as práticas educativas que conectam o presente legado histórico das comunidades quilombolas. Neste contexto, a Casa do Nego Fugido de Acupe se apresenta como um riquíssimo espaço de investigação para a pesquisa, onde saberes ancestrais são resguardados e circulados, contribuindo no fortalecimento da cultura e da identidade quilombola.

Agora, para que possamos avançar no texto deste projeto, passamos à próxima seção, que trata do referencial teórico; nela, serão apresentados os conceitos chave, as obras que os fundamentam, como quilombo, educação quilombola e educação não escolar, as práticas educativas da educação não formal, assim como pesquisas relevantes que abordam temáticas semelhantes.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentaremos alguns conceitos chave para a compreensão da pesquisa que desejamos realizar, quais sejam: conceito de quilombo, quilombo de Acupe, o Nego Fugido de Acupe, educação quilombola, prática educativas, educação não escolar (educação não formal); apresentaremos também alguns documentos nacionais que embasam o debate sobre educação quilombola. Iremos também apresentar pesquisas que apresentaram este mesmo debate e, além disso, documentos nacionais que tratem dos temas aqui abordados.

Começaremos apresentando brevemente o conceito de quilombo. As sociedades coloniais foram formadas nas Américas entre os séculos XVI e XIX, nas quais predominavam as formas de trabalhos escravos dos povos indígenas e principalmente africanos. A diáspora africana causada pelo tráfico de negros marcou e solidificou um sistema econômico e a formação do chamado mundo moderno. Um grande número de africanos foram vendidos como escravos e vieram para o Brasil e se adaptaram a esta vida de subordinação e dominação dos

³ “Acupense” se refere a algo ou alguém originário de Acupe, um distrito do município de Santo Amaro, na Bahia, Brasil.

portugueses brancos resultou na desumanização dos negros. Apesar das adversidades enfrentadas em suas vidas, eles também encontraram povos de diversas culturas, religiões e saberes.

Segundo Munanga (1996)

o quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantos (kilombo, aportuguesado, quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire (Munanga, 1996, p. 58).

De acordo com o autor, é essencial conhecer as origens para entender a formação e o fenômeno dos quilombos no Brasil.

Para entender e captar o sentido da formação dos quilombos no Brasil, precisamos conhecer o que aconteceu nessas regiões africanas de áreas bantu nos séculos XVI e XVII. Por isso, a própria palavra bantu mereceria, antes, algumas linhas de explicação. Com efeito, Bantu, que hoje designa uma área geográfica contígua e um complexo cultural específico dentro da África negra, é uma palavra herdada dos estudos lingüísticos ocidentais (Munanga, 1996, p. 58).

Devido às diversas influências e contribuições de diferentes povos o quilombo tornou-se assim um espaço transcultural⁴ porém centralizado, baseado na liderança de “um guerreiro entre guerreiros, um chefe intransigente dentro da rigidez da disciplina militar” (Munanga, 1996, p. 63).

Analisando as estruturas entre quilombo africano e o brasileiro afirma que os quilombos brasileiros foram uma adaptação dos quilombos africanos, recriados pelos escravizados como uma forma de resistência contra a estrutura escravocrata. Os escravizados e revoltados se organizaram para fugir das senzalas e plantações, ocupando territórios brasileiros não povoados e de difícil acesso. Imitando o modelo africano, esses territórios foram transformados em uma espécie de campo de iniciação à resistência, onde todos os oprimidos poderiam se organizar e se proteger (Munanga, 1996).

Dessa forma, para o autor, o quilombo brasileiro foi uma adaptação ou reinvenção do modelo africano. Falar sobre os quilombos no Brasil é retratar as complexas nuances das histórias de luta do Movimento Negro no país, destacando os quilombos como uma das formas

⁴ Transcultural: refere-se à interação e fusão de diversas culturas dentro de uma sociedade. Segundo Munanga (1996) o conceito de transculturalidade apresenta como um elemento essencial da cultura afro-brasileira em que os quilombos brasileiros foram inspirados nos modelos africanos, especialmente os da região bantu, mas que ao longo do tempo, passaram por um processo de transculturação, incorporando influências de diferentes grupos.

de organização social e política da população negra. Este fenômeno é melhor compreendido à luz do Quilombismo, conforme exposto nas ideias de Nascimento (2002), cujas raízes encontram-se na estrutura organizacional do Quilombo dos Palmares. Para Abdias Nascimento, o Estado Nacional Quilombista ou Quilombismo, representava uma da forma de organização e distribuição da riqueza entre negros e não negros no país. Esta visão teórica foi inspirada pelo Quilombo dos Palmares, sustentando que a maioria poderia dismantelar certos privilégios e, assim, institucionalizar novas estruturas de poder no país. Dessa forma, entende-se que:

Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre [...] o quilombismo se estruturava em formas associativistas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo (Nascimento, 1980, p. 264).

Os quilombos ainda existem. Um exemplo dessa existência é o Quilombo Alto do Cruzeiro, localizado em Acupe. Em 4 de novembro de 2010, a Fundação Palmares reconheceu a comunidade do Alto do Cruzeiro em Acupe como remanescente quilombola, segundo dados da Fundação Palmares, essa comunidade é composta por aproximadamente 1.853 quilombolas. Acupe se tornou um distrito de Santo Amaro a partir da Lei estadual nº 628, de 30 de dezembro de 1953, a população acupense possuía cerca de 7.451 habitantes, segundo Censo (2010) demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o crescimento populacional da comunidade, alguns estudiosos locais estimam que a população atual ultrapasse o número de 15 mil habitantes. Por ser uma comunidade pesqueira, a maior concentração da renda local depende da pesca artesanal e da mariscagem (Reis, 2023, p. 22).

Para melhorar a compreensão da importância da comunidade quilombola de Acupe, Isabela Reis (2023) descreve o contexto de Acupe a partir de uma história de lutas e legado, identidade política, social e religiosa na qual a comunidade é majoritariamente negra.

Acupe é uma comunidade majoritariamente negra, onde mais de 95% da população depende direta ou indiretamente da pesca artesanal. Devido seu histórico na atuação pelas lutas por libertação e pelo direito do povo negro de viver e sobreviver, os antepassados dessas terras deixaram um legado de ensinamentos e práticas educativas, conectando o presente que em diálogo com o passado torna-se um mecanismo de proteção e manutenção das práticas culturais que são responsáveis pela identidade política, social e religiosa da comunidade (Reis, 2023, p. 12).

Acupe significa “Terra Quente”, de origem indígena, a presença dos povos fongbé e iorubá no Recôncavo contribuiu para uma nova leitura do espaço e da morte, como a ponta Pinto (2021)

a influência tanto dos fongbé como dos iorubas, na ressignificação e reconstrução do território do recôncavo durante a colonização. Ao ser absorvido pelo território, Iku (a morte) torna-se parte integrante da dinâmica social na reorganização e ressignificação do recôncavo, e Acupe, que era identificado como terra quente, passou a ser identificado por lugar quente, onde a morte fez sua morada (Pinto, 2021, p. 172).

O quilombo de Acupe tem como objetivo apresentar um dentre muitos elementos das práticas culturais quilombolas entrelaçar as práticas de resistências ancestrais historicamente que foram geradas de maneira imaginativa pelas comunidades quilombolas. De acordo com Monilson Pinto (2021, p. 138) a definição de Acupe como quilombo urbano/litorâneo é

uma espécie de quilombo urbano/litorâneo, encravado no fundo da Baía de Todos os Santos, ocupado por pessoas que compartilham memórias sobre o período da escravidão e que, por meio do Nego Fugido, manifestam suas próprias impressões sobre a instituição escravista e a forma pela qual as pessoas escravizadas teriam viabilizado sua liberdade, se apropriando da saberes, costumes e práticas de uma África que reside, ainda que em reminiscência, no imaginário coletivo da população atual.

Para Reis (2023) “o que antes fazia parte do processo de resistência e de sobrevivência diária daqueles/as que foram escravizados/as, atualmente colabora para a preservação da memória social e coletiva” (Reis, 2023, p. 26).

Isabela Reis (2023) tratou da adaptação de práticas de resistência e sobrevivência dos escravos em importantes aspectos da cultura que preservam a memória social e coletiva, mantendo-se ainda, mas em referência às experiências dos negros e negras durante o período de escravatura passando nos dias de práticas culturais em Acupe:

às experiências sociais vividas por negros e negras enquanto esse território era dominado pelo sistema escravista e que, hoje, configuram se e se manifestam nas práticas culturais que, segundo os/as moradores/as mais velhos/as de Acupe, estão nas ruas a mais de duzentos anos, exercendo um papel fundamental na manutenção da historiografia local. A capoeira, o Nego Fugido, o samba de roda, os Mandus e Bombachas, a burrinha, puxada de rede, a corrida de canoa o maculelê e os caretas, assim como outras manifestações culturais que fazem parte da construção identitária da comunidade de Acupe, estão fortemente conectadas e possuem experiências compartilhadas essas manifestações se cruzam e se comunicam, apesar de cada grupo ou manifestação possuir características singulares (Reis, 2023, p. 26).

Falando ainda da complexidade histórica e cultural do recôncavo da Bahia, Monilson Pinto (2021) destaca que os acontecimentos históricos que deixaram marcas profundas na identidade, nas memórias e nas relações sociais dos habitantes atuais. O Recôncavo da Bahia é uma região com uma rica e complexa história cultural, marcada por conflitos e resistências. A região foi palco de genocídio de povos indígenas (Tupinambás), escravidão de africanos e chegada de europeus, árabes, judeus e ciganos. Essa mistura de culturas e histórias de resistência e alianças forma a identidade dos habitantes atuais. A história da região é marcada por relações de poder, memórias traumáticas e recriação identitária. Assim, Monilson Pinto (2021) destaca que a história do Acupe, uma localidade específica, segue o mesmo padrão de muitas outras histórias do Brasil, onde a identidade do território é frequentemente associada à presença dos colonizadores.

A cultura quilombola, enquanto esfera social, permite aos indivíduos expressarem seus valores e princípios e vincularem-se de maneira simbólica e afeiçãoada ao grupo e um espaço de trocas. Para Gordon Mathews (2002) a cultura é o que nos faz e nos torna o que somos ao crescermos em um determinado ambiente. Trata-se da forma autêntica e local de cada povo se constituir e resistir à força globalizante que busca homogeneizar as diferenças. A proposição comum a muitos estudos sobre esse tema é a de que cada cultura consiste em um universo simbólico em si mesmo, de cada povo, organizado socialmente de maneira coerente e limitada. Dessa maneira, haveria padrões discretos de comportamentos, cognição e valores compartilhados entre os membros componentes de cada grupo em contraste com os membros de outros grupos.

“O território acupense pode ser entendido como um refúgio dos conhecimentos tradicionais, abrigando saberes transmitidos oralmente ao longo de gerações. Proteger esse território é essencial para a preservação do conhecimento tradicional associado a ele” (Reis, 2023, p. 32).

O Recôncavo Baiano é reconhecido como um importante território sociocultural, tanto na Bahia quanto no Brasil todo. Este reconhecimento reforça a ideia de que a comunidade de Acupe é rica em manifestações culturais, que ocorrem nas ruas do distrito todos os domingos do mês de julho. Essas manifestações refletem aspectos da resistência histórica dos negros escravizados, como é o caso da aparição do Nego Fugido (Monilson, 2021). O escritor acupense Domingo Fiaz (2012) relata que, o Nego Fugido é uma peça teatral de rua que recria uma cena de libertação de escravos. Atores vestidos de caçadores pedem dinheiro aos espectadores para libertar os "escravos", que depois celebram sua liberdade dançando e cantando ao som de atabaques.

Essa celebração festiva serve como um momento crucial para reafirmar os valores simbólicos, preservando a memória ancestral da comunidade, oferecendo uma oportunidade única de aprendizado sobre a identidade cultural.

Apreender a importância do período de preparação e realização das festas permite desvendar a lógica desse modo de vida quilombola e perceber, na indiferenciação lúdico-sagrada do tempo da festa, as teias de significados que compõem um tecido cultural tramado sobre essa urdidura bem firme. Desse modo, as festas permitem adequar o passado ao presente, ao reelaborar a herança cultural dos ancestrais, possibilitando, além disso, manter um diálogo com a sociedade envolvente, através da negociação e renegociação constante dos referenciais simbólicos, dos quais essas comunidades se apropriam para constantemente ressignificá-los (Moura, 2005, p. 73).

Assim, a educação no quilombo é aquela desenvolvida pelos sujeitos nas suas práticas cotidianas, seja, na família, no trabalho, na comunidade, nas lutas sociais, nas manifestações das tradições culturais, na relação de sustentabilidade com a natureza, enfim, no modo de ser e estar no mundo. Conforme Brandão (1981, p. 10), “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. Ainda, destaca que as formas de educação produzidas e praticadas servem para reproduzir entre todos os que ensinam e aprendem:

o saber que atravessa as palavra da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita (Brandão, 1981, p. 10-11).

É crucial reconhecer que a educação acontece em diferentes contextos fora do espaço escolar; reivindicamos que, de igual modo, esta educação também deve ser vista como importante para a formação humana. É assim que, neste projeto, voltamos nosso olhar para a educação que acontece em espaços não escolares, abordando sua definição e características.

O ambiente não-escolar diferente da escola, não possui o interesse de promover a educação diretamente, ou seja, não tem a educação como objetivo principal, mas se sustenta nela para se desenvolver e findar suas estruturas, ou seja, é com base na educação que eles se fundamentam (Barros; Costa, 2012, p. 5).

Concorda-se, ainda, com Libâneo (2002, p. 33), pois ele diz que:

O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas

escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas educativas. Ora, se há uma diversidade de práticas educativas, há também uma diversidade de pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação, a pedagogia dos movimentos sociais etc., e também, obviamente, a pedagogia escolar.

A pedagogia, caracterizada como ciência da educação, estuda e atua em favor da formação dos sujeitos em diferentes contextos diversos, estando diretamente conectada ao exercício da prática educativa realizada nos quilombos (Barros; Costa, 2012). Segundo Libâneo (2002) e Brandão (1981), a educação rompe com as barreiras geográficas e institucionais e é responsável pelo desenvolvimento do conhecimento nos diferentes ambientes. Esta perspectiva dialoga com a importância das práticas culturais e educativas, tais como as festas referidas por Moura (2005), já dito acima, em que as memórias ancestrais são preservadas, ao mesmo tempo em que se educa em relação à identidade e aos valores.

Desse modo, a educação vai além de limites, constitua-se em uma prática transformadora que ressignifica em práticas culturais o acúmulo de heranças culturais e conecta o passado ao presente. Dessa maneira, a educação é caracterizada por sua abrangência no tocante de que para o exercício educativo não existem fronteiras nem tampouco barreiras, assim, o campo investigativo da educação passa a ser visto como gigantesco e bastante diversificado (Brandão, 1995). Essas diferentes formas de olhar para educação mostram como é importante ter práticas que sejam inclusivas e que considerem a cultura local, ajudando na formação completa de crianças e adolescentes que vivem em comunidades quilombolas.

Uma vez então criado esse espaço e garantido o direito de posse da terra, temos construído um longo caminho para que possa falar de educação quilombola e sua evolução legal no Brasil; esse percurso inicia com a Constituição de 1988, que assegura o direito à posse de terra às comunidades quilombolas, e segue com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que reconhece a educação quilombola como uma das modalidades de educação. Leis federais, como a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, além da Resolução do Ministério de Educação e Cultura (MEC) nº 08/2012, estabelecem diretrizes curriculares voltadas para a temática afro-brasileira e colaboram para fortalecer a educação quilombola como um direito fundamental, garantindo a valorização da identidade, da memória coletiva e dos saberes tradicionais das comunidades quilombolas.

Nesse contexto, a Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012 do MEC apresenta a organização da educação quilombola e define parâmetros para seu funcionamento, incluindo orientações para o ensino da educação quilombola em espaços educativos não escolares. Essas

diretrizes são essenciais para a valorização e preservação da cultura e da história das comunidades quilombolas, abrangendo aspectos como:

a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (Brasil, 2012).

A lei não apenas garante o direito de posse da terra às comunidades quilombolas, mas, também assegura o direito à fala e à preservação da identidade e da tradição quilombola. Reconhecendo a territorialidade quilombola, ela fortalece a autonomia e permite que haja espaço para que a voz quilombola seja ouvida, que seus saberes sejam transmitidos e valorizados nos espaços educativos e sociais.

Segundo Maria da Glória Gohn, foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1996, que constituiu o marco institucional para os processos educativos em ambientes não formais, quando definiu a educação como aquela que abrange “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, 1996 *apud* Gohn, 2011, p. 11). Dessa forma, Bonatto, Costa e Schirmer (2016, p. 3-4) dizem que:

a aprendizagem é efetivada através do desenvolvimento de habilidades e competências que ocorrem na prática e não somente através do estudo de um currículo previamente organizado como na educação formal. A aprendizagem não formal valoriza o “aprender a ser” e ocorre através de uma visão holística do ser humano, na qual se prioriza a aprendizagem ao longo da vida.

Neste artigo, usaremos as expressões "educação não formal" e "educação não escolar" de modo sinônimo, pois ambas referem-se a práticas pedagógicas ocorridas fora do espaço escolar, incluindo os espaços educativos alternativos, comunitários e culturais, segundo Severo (2015, p. 564) “A Educação Não Formal (ENE) corresponde a um termo cuja conceituação repousa em uma necessidade histórica emergente, dado o atual contexto de fortalecimento do caráter estruturado de práticas educativas para além dos limites da escola.” Severo (2015) argumenta que, anteriormente, a pedagogia e a sociedade não viam a educação não escolar (ENE) como um problema pedagógico importante.

na maior parte do tempo, a pedagogia e a sociedade, em geral, deixaram de focalizar a ENE como problema pedagógico, a atualidade tem sido cenário de proliferação de

iniciativas cada vez mais visíveis de desenvolvimento de processos formativos em espaços não convencionais de ensino e aprendizagem (Severo, 2015, p. 564-565).

Em outras palavras, a educação não escolar está ganhando mais destaque e sendo reconhecida por suas contribuições educativas em espaços não convencionais. Além disso, Gohn (2010) afirma que essas ações, embora não fossem tradicionalmente vistas como problemas pedagógicos, estão relacionadas à educação não formal, que é uma área “que o senso comum e a mídia usualmente não vêem e não tratam como educação porque não são processos escolarizáveis” (Gohn, 2009, p. 31). A educação não escolar, no entanto, abrange práticas formativas situadas fora da escola, incluindo educação formal, não formal e informal. Essas práticas educativas complementam e enriquecem o desenvolvimento dos indivíduos à sua aprendizagem contínua.

A ENE se relaciona com o paradigma de aprendizagem ao longo de toda a vida, de modo que representa ações que prolongam os tempos e os espaços de formação e autoformação, com base em necessidades contextuais dos sujeitos e das comunidades (Severo, 2010, p. 566).

Gohn (2008) faz uma distinção entre os conceitos de Educação formal, informal e não formal. A autora sublinha que:

a princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas (Gohn, 2008, p. 127).

Ao analisar o artigo de Zucchetti, Moura e Lacerda (2019) intitulado “Educação não escolar: estratégias pedagógicas alternativas”, vemos que a educação não escolar representa um modelo complementar ao ensino formal, surgindo como uma estratégia pedagógica, especialmente em contextos marcados pela desigualdade social. Desde a década de 1980, práticas pedagógicas fora do ambiente escolar têm procurado valorizar as sabedorias populares e articular ações voltadas à inclusão social, a partir da aproximação entre Estado, ONGs e Terceiro Setor.

As práticas de educação não escolar têm desempenhado papel fundamental em ampliar os horizontes da educação escolar, incorporando perspectivas que valorizem a diversidade cultural e as experiências locais. No caso das comunidades quilombolas, as práticas

têm função ainda mais relevante, visto que preservam saberes ancestrais, práticas culturais e identidades coletivas, afirmações já citadas aqui no trabalho. Estas práticas de educação não escolar podem ser consideradas práticas educativas, visto que “[...] ocorrem no campo social daquelas que ocorrem no interior da escola. Entendemos que a nomeação ‘escolar’ e ‘não escolar’ permite-nos referenciar a educação mais pelas suas práticas pedagógicas [...] do que pela ênfase nos sujeitos a elas afetos” (Menezes; Paiva; Stamatto, 2016, p. 13-14, *apud* Moura; Zuchetti, 2006, p. 231).

Para embasar nossa abordagem sobre práticas educativas, recorreremos à definição que enfatiza sua natureza interativa e transformadora, conforme salienta Menezes, Paiva e Stamatto (2016, p. 10): “entendemos práticas educativas como atividades que apresentam interação entre pessoas, objetos, locais, que refletem em diferentes momentos e espaços uma troca mútua que implica na construção do conhecimento”. Sendo esta uma área tão pouco conhecida da sociedade, um dos maiores desafios é definir e descrever o que vem a ser educação não formal. É preciso ressaltar que a educação não formal se desenvolve em qualquer atividade que ocorra fora do ambiente escolar, “processos de ensino aprendizagem no interior de unidades escolares formais” (Gohn, 2011, p. 17); a educação transcende os limites das escolas e que o conhecimento não está restrito apenas a esse ambiente.

A Casa do Nego Fugido exemplifica um espaço educativo não escolar onde os acervos das tradições culturais têm um papel fundamental na educação dos indivíduos. Conforme afirmam Menezes, Paiva e Stamatto (2016, p. 18):

Nessa perspectiva, os acervos das tradições culturais desses rincões sertânicos se constituem como fontes primordiais que devem inspirar e dar cromaticidade às ações do educar nesses contextos realçando nos indivíduos o senso de pertencimento a um grupo, a uma comunidade.

A educação quilombola em espaços educativos não escolares é uma forma de educação que busca valorizar e resgatar a cultura e a história das comunidades quilombolas. As estruturas de aprendizagem acontecem em diversos ambientes, no qual a permanente de cada indivíduo seja necessária que envolva atividades e práticas que vão além das salas de aula, buscando promover o aprendizado de forma contextualizada e com base nos conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas. Assim, a presença destes saberes nos ambientes não escolar, requer alguém que os reconheça e compreenda, a fim de lidar com as demandas do ambiente, independentemente da sua complexidade. Reis (2023) destaca a importância de

proteger territórios tradicionais para preservar o conhecimento ancestral, explica que o território é mais do que apenas um espaço físico.

Proteger esse território é essencial para a preservação do conhecimento tradicional associado a ele. Compreendendo o território como o “espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares” (Bolígian, 2003, p. 56), é possível afirmar que cada comunidade tradicional expressa, a partir das suas próprias experiências territoriais, conhecimentos particulares. Esses conhecimentos particulares, quando pensamos em populações ancestrais são construídos ao longo dos anos e vão sendo repassados de geração em geração, por meio da oralidade, são crenças e regras que garantem a continuidade de seus legados (Ferreira, 2018 *apud* Reis, 2023, p. 32).

No entanto, existem maneiras específicas de ajudar os indivíduos a aprender sobre empatia, respeito e diversidade. Investir em diferentes atividades significa reinventar formas de instruir e aprender. O trabalho desenvolve a autoestima das crianças por meio da representatividade, explorando etnias em diferentes domínios. Quando as crianças começam a ver suas próprias características de si mesmas em figuras consideradas importantes, está sendo trabalhado a aceitação, assim como o amor próprio, exercícios que apresentam histórias de pessoas de diferentes culturas são bons exemplos. O uso do Nego Fugido em favor da diversidade é outra maneira lúdica e repleta de simbolismos de abordar a questão da cultura de sua comunidade, visto que nessa aparição (Monilson, 2021) cultural existem grandes exemplos de representatividade.

Com base nas leituras realizadas sobre o conceito de educação não escolar e nas discussões apresentadas pelos autores e autoras estudados, percebo que a Casa do Nego Fugido pode ser entendida como um exemplo desse tipo de espaço educativo. Durante a pesquisa, será possível investigar se as pessoas que participam da Casa também a reconhecem como um espaço educativo não escolar, considerando as práticas e vivências ali desenvolvidas.

Na próxima seção, apresentaremos a metodologia da pesquisa que pretendemos realizar.

6 METODOLOGIA

Antes de dar início a pesquisa, será realizado um levantamento bibliográfico, com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre os temas relacionados a esta pesquisa. Esse levantamento incluirá como fontes os textos já publicados sobre o assunto, teses e artigos. Para Silveira e Córdova (2009, p. 33) a pesquisa é

a atividade nuclear da Ciência. Ela possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar. A pesquisa é um processo permanentemente inacabado. Processa-se por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real.

A pesquisa em questão visa estudar se e como as práticas educativas quilombolas se desenvolvem em espaços não escolares. Nesta pesquisa, utilizaremos a abordagem qualitativa, a qual, segundo Loureiro, Silva, Albuquerque *apud* Pineda *et al.* (2011), requer que a coleta e análise do dados sejam realizadas de maneira simultânea, de forma que a análise acompanhe o processo de coleta de informações desde o início, orientando assim o trabalho de campo. Tal abordagem colabora para que vejamos a riqueza e a diversidade da educação quilombola fora do ambiente escolar.

Entre as técnicas do método qualitativo, a observação tem papel importante, pois permite olhar atentamente as práticas e interações realizadas no próprio campo. Conforme Richardson *et al.* (2012) a observação é o exame minucioso sobre um fenômeno no seu todo ou em algumas de suas partes, é a captação precisa do objeto examinado. Utilizaremos também o método da observação participante como uma ferramenta essencial para o registro das interações e percepções da pesquisadora. Segundo Angrosino (2009, p. 38), na observação participante “os resultados são obtidos de modo indutivo e dialógico”, possibilitando uma interação maior no campo da pesquisa, sendo os resultados construídos com a participação de todas as pessoas envolvidas na pesquisa.

Durante a pesquisa de campo na Casa do Nego Fugido, a observação participante será importante para compreender como os saberes ancestrais são transmitidos e vivenciados. Através da interação direta com os(as) participantes, será possível captar as práticas educativas que surgem da aparição do Nego Fugido, constituídas pela oralidade, pela musicalidade e pelos rituais de resistência (Pinto, 2021). As decisões metodológicas serão executadas em diálogo com as pessoas organizadoras da aparição (Pinto, 2021), com o intuito de garantir que a pesquisa respeite os valores e a identidade da comunidade.

Este estudo usará o diário de campo como uma das principais ferramentas de registro, principalmente por sua natureza pessoal e reflexivo. Para a observação do cotidiano da Casa, ele se apresenta como um instrumento fundamental, pois consegue registrar sistematicamente as percepções da pesquisadora no decorrer da investigação. Nesse diário de campo, pretendemos observar as práticas educativas, as interações das crianças e adolescentes e como se dá transmissão dos saberes, de modo a registrar momentos significativos que possam contribuir para a análise final, para a produção de reflexões pessoais em torno do impacto das atividades na formação identitária das crianças.

Conforme Juliana Campos, Ulysse Albuquerque e Taline Silva (2021), o diário de campo permite um registro detalhado do ambiente pesquisado, das interações notadas e das reflexões da pesquisadora, favorecendo assim uma análise mais aprofundada dos dados. O diário de campo trata-se de um documento no qual o(a) pesquisador(a) registra observações, comentários e reflexões para seu próprio uso, permitindo uma análise contínua e profunda das experiências vividas em campo. Campos, Albuquerque e Silva (2021) destaca que:

Angrosino (2007) destaca a importância de registrar os dados de uma forma organizada e que contenha a maior quantidade de detalhes possíveis, como a descrição do cenário escolhido, o número de participantes da pesquisa e suas características socioeconômicas, a cronologia dos eventos (anotar data, local e hora de ocorrência do evento), descrições dos comportamentos e interações, registros de conversas e outras interações verbais (Campos; Albuquerque; Silva 2021, p. 103).

A partir desta abordagem, considerando que a aparição do Nego Fugido (Pinto, 2021) ocorre no mês de julho de cada ano, reservarei três meses para a realização das atividades de observação, a saber, entre os meses de junho e agosto do ano escolhido para a realização da pesquisa. Durante esse período, pretendo estar presente em 13 sábados consecutivos nas atividades da Casa, com o objetivo de observar a participação dos(as) envolvidos(as) nas atividades, bem como analisar as interações e a dinâmica geral do evento. Essa abordagem permitirá a coleta de dados suficientes para a elaboração de uma análise detalhada e fundamentada sobre o evento e as práticas educativas presentes em sua proposta.

7 CRONOGRAMA

Atividades	TCC I	TCC II	TCC III
Reuniões com a orientadora	X	X	X
Revisão do Projeto de Pesquisa escrito no BIH	X		
Levantamento bibliográfico	X		
Contato com o campo	X	X	
Pesquisa de campo		X	
Novo levantamento Bibliográfico			X
Escrita do trabalho de conclusão de curso		X	X
Elaboração da apresentação para defesa			X
Defesa			X
Ajustes pós-defesa			X
Depósito na Biblioteca da UNILAB			X

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. **Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.ht. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, [2017]. Disponível em: <http://embasenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BARROS, Daniel Feitosa; COSTA, Marta Gomes da. Prática educativa em ambientes escolares e não-escolares: atribuições profissionais do pedagogo social, empresarial e hospitalar. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA (FIPED), 2012, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <https://editorareclize.com.br/index.php/artigo/visualizar/128>. Acesso em: 7 maio 2025.

BONATTO, Luana; COSTA, Cibele; Schirmer, Mara. **Um olhar nas práticas educativas nos espaços não escolares**. FACCAT. [online]. 2016.

CAMPOS, J. L. A.; SILVA, T. C.; ALBUQUERQUE, U. P. Observação participante e diário de campo: quando utilizar e como analisar? In: ALBURQUERQUE, U. P. *et al.* (eds.). **Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia**. Recife: Nupeea, 2021. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/aticle/view/1983>. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 7 maio 2025.

FIAZ, Domingos. **Acupe Minha Terra**. 2. ed. Santo Amaro: Salesiana do Salvador, 2012.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e o educador social: atuação e desenvolvimento de projetos sociais. **Revista Meta: Avaliação**, v.1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1>. Acesso em: 7 maio 2025.

IPEA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/>. Acesso em: 7 maio 2025.

LIBÂNEO, José C. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 59-97.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCCHETTI, Dinorá Tereza. Educação além da escola: acolhida a outros saberes. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 629-648, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html>. Acesso em: 7 maio 2025.

MOURA, Glória. O direito à diferença. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/superando_%20racismo_escola_miolo.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, n. 28, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 7 maio 2025.

MATHEWS, G. **Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de; PAIVA, Marlúcia Menezes de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Práticas educativas: educação escolar e não escolar**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980. Disponível em: <https://www6g.senado.gov.br/institucional/biblioteca/arquivo-sumario-publicacao/A/17649>. Acesso em: 7 maio 2025.

PINTO, Monilson dos Santos. **A bananeira que sangra: desobediência epistêmica, pedagogias e poéticas insurgentes nas aparições do Nego Fugido**. Tese (Doutorado em Pedagogia do Teatro) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RICHARDSON, R.J.; PERES, J.A.S.; WANDERLEY, J.C.V.; CORREIA, L.M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

REIS, Isabela Carolina Santos de Sá dos. **A contribuição das manifestações culturais em Açupe (Santo Amaro, BA) para a educação não escolar**. (Monografia) Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-Brasileira (UNILAB), 2023. Disponível em:
<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/5063>. Acesso em: 7 maio 2025.

SEVERO, J. L. R. L. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 96, n. 244, p. 561-576, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seriepne.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3439>. Acesso em: 7 maio 2025.

SILVEIRA, Denise; CÓRDOVA, Fernanda. **A pesquisa científica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ZUCCHETTI, D. T.; MOURA, E. P. G. de; LACERDA, M. P. de. Educação não escolar. Estratégias pedagógicas alternativas. **Revista Prâxis**, v. 1, p. 272-288, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rpr.v1i0.1716>. Acesso em: 7 maio 2025.